



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0008366-91.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito**  
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 3099/2014 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 2615/2014 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 256/2014 - 2º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **EDIVALDO APARECIDO DE GENOVA MARIN**

Aos 26 de janeiro de 2015, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. **Fábio José Moreira dos Santos**, Promotor de Justiça, bem como do réu **EDIVALDO APARECIDO DE GENOVA MARIN**, acompanhado do defensor, Dr. Joemar Rodrigo Freitas, Defensor Público. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as testemunhas de acusação Leandro Wagner de Alcântara e Tarciso Zanetti, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A ação penal é procedente. A materialidade do fato está demonstrada pelo auto de exibição e apreensão de fls. 10 e pelo extrato do exame do etilômetro de fls. 11. A autoria também é certa, tendo sido objeto de confissão formal por parte do réu nesta audiência. Ratificando a confissão, temos o testemunho dos policiais militares que atenderam a ocorrência, que prenderam o réu em flagrante delito em manifesto estado de embriaguez alcoólica, dirigindo veículo automotor. O caso é de condenação, portanto. A pena pode ser fixada no mínimo legal na primeira fase da dosimetria, pois o réu não tem condenações anteriores e não há notícia de circunstâncias judiciais suficientemente desfavoráveis. Na segunda fase da dosagem está presente a atenuante da confissão espontânea. Nada impede o regime prisional aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restrições de direito. Por fim, requeiro que seja oficiado o Juízo da 2ª Vara Judicial de Rio Claro, dando conta do recebimento da denúncia e eventual condenação nos presentes autos, para que o processo certificado a fls. 38 receba o conhecimento dos presentes fatos processuais. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Sob as perspectivas da autodefesa, o réu alega que é alcoólatra e após determinado tempo internado teve uma recaída, dia em que pegou o carro e dirigiu-o após consumir bebida alcoólica. A OMS considera o alcoolismo uma



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

doença catalogada em seu protocolo. Sendo assim, o réu agiu sob a embriaguez completa proveniente de força maior, sendo por esta razão isento de pena. Subsidiariamente, entendendo que a embriaguez não foi completa, mas reconhecendo que decorreu por força maior, requer que a pena seja reduzida em dois terços. Sob a perspectiva da defesa técnica, requer a fixação da pena-base no mínimo legal, o reconhecimento da atenuante da confissão, fixação do regime inicial aberto e substituição da pena privativa de liberdade em multa ou restritiva de direitos. Considerando que o réu tem emprego fixo e trabalha em média seis dias por semana requer que a pena restritiva de direito eleita seja a prestação pecuniária. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. EDIVALDO APARECIDO DE GENOVA MARIN**, RG 16.445.424/SP, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 306 da Lei 9.503/97, porque no dia 19 de agosto de 2014, por volta das 22h37, na Rua Parque do Bicão, bairro Boa Vista, nesta cidade, policiais militares atendendo à uma ocorrência de acidente de trânsito sem vítimas, constataram que o acusado conduzia um veículo Fiat Uno, branco, placas DDY 8214, por aquela via, estando com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, e em decorrência da ebriedade perdeu o controle da direção do veículo e colidiu com o muro e portão do imóvel nº993, evadindo-se em seguida, vindo a ser localizado e detido pouco depois, sendo submetido a teste com etilômetro cujo resultado apresentou concentração equivalente a 0,97 mg/L de álcool por litro de ar alveolar. O réu foi preso em flagrante sendo concedido ao mesmo a liberdade provisória mediante o pagamento de fiança (fls. 02 e 20 do apenso). Recebida a denúncia (fls. 41), o réu foi citado (fls. 48/49) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 51/52). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação e a Defesa requereu a absolvição alegando que o réu estava alcoolizado por motivo de força maior por padecer da doença de alcoolismo. **É o relatório. DECIDO.** Os fatos, na sua autoria e materialidade, estão bem demonstrados nos autos. O réu confessa que ingeriu bebida alcoólica e assumiu a direção de um carro, com o qual chegou a colidir no muro de uma residência, sendo em seguida abordado por policiais, que constataram que o mesmo estava visivelmente alcoolizado. A par desta prova existe o resultado do exame técnico. O teste de etilômetro constatou que o réu apresentava concentração de 0,97 mg/l de álcool por litro de ar alveolar. É o suficiente para a caracterização do delito imputado ao réu, impondo-se a sua condenação. A tese da Defesa não pode ser acolhida. A embriaguez, no caso, foi voluntária, situação que não exclui a sua responsabilidade penal, nos termos do artigo 28, II, do CP, não se tratando de força maior como sustenta a Defesa. Felizmente, pelo que demonstrou



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

o réu nesta audiência, mudou de comportamento, deixando de beber e está trabalhando regularmente. Isto revela que criou vergonha e buscou se corrigir. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos individualizadores da reprimenda, bem como que o réu é tecnicamente primário e ainda confesso, estabeleço a pena-base no mínimo legal, isto é, de seis meses de detenção e dez dias-multa, no valor mínimo, além da suspensão de sua habilitação para dirigir por dois meses (Artigo 293 do CTB). Não é conveniente a substituição apenas por pena de multa porque o réu, embora sem condenação, está respondendo a três outros processos por delito idêntico (fls. 38, 61 e 62), motivo pelo qual a substituição unicamente por pena de multa não será suficiente para a prevenção e reprovação do ato cometido. Além disso, há necessidade de uma punição mais severa para servir ao réu de norteammento de conduta para o futuro, muito embora o réu tenha demonstrado nesta audiência que mudou de comportamento e tem deixado de beber. Assim, delibero substituir a pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito, de prestação de serviços à comunidade. **Condeno, pois, EDIVALDO APARECIDO DE GENOVA MARIN à pena de seis (6) meses de detenção e dez (10) dias-multa, no valor mínimo, substituída a restritiva de liberdade por restritiva de direito de prestação de serviços à comunidade, pelo mesmo tempo, além da suspensão de sua habilitação para dirigir veículo automotor pelo tempo de dois (2) meses, tudo por ter infringido o artigo 306 da Lei 9503/97 (CTB).** Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Em caso de conversão à pena primitiva, o regime será o **aberto**. Finalizando, fica indeferido o pedido do Ministério Público de expedição de ofício à comarca de Rio Claro, por se tratar de providência que deve ser tomada pelo próprio órgão, enviando certidão do processo para que o promotor encarregado do outro feito faça o pedido de revogação do benefício. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, \_\_\_\_\_, Cássia Maria Mozaner Romano, Oficial Maior, digitei e subscrevi.

MM. JUIZ:

MP:

DEFENSOR:

RÉU: